

Limitando a liberdade Virtual

Nosso trabalho tem por objetivo discutir se é conveniente normatizar o acesso à internet, ou seja, regularizar e limitar os acessos com o intuito de proteger a propriedade intelectual, os direitos dos autores sobre a pirataria de suas obras na internet. Essa idéia se deu com reportagens sobre projetos contra a pirataria como o Stop Online Piracy Act(SOPA) em tradução livre(Lei de Combate à Pirataria Online) e o PIPA (Project Act IP)(Lei de proteção ao IP), desenvolvidos na Câmara dos Deputados dos Estados Unidos com o objetivo de proteger o mercado intelectual na rede.

Esses projetos de lei, o Stop Online Piracy Act (pare com a pirataria on-line, em tradução livre), conhecido como Sopa, e "Protect IP Act" (ato para proteção da propriedade intelectual), chamado de PIPA, tem causado muita discordia e revolta por parte dos internautas. Ambos tem a oposição de empresas como Google e Facebook, por outro lado, Warner e Universal são apoiadoras dos projetos. Já o SOPA tem como proposta punir com até 5 anos de prisão os condenados por compartilhar conteúdo pirata por 10 ou mais vezes ao longo de 6 meses. A lei também prevê que qualquer site hospedado em domínio dos EUA pode ser fechado apenas por ter conexão com outro site suspeito de pirataria a pedido do governo americano ou dos geradores de conteúdo. Ainda existe em escala mundial a pressão pela aprovação da lei ACTA, que pretende que haja esse controle na divulgação de bens intelectuais na internet no mundo todo.

Muitas pessoas discutem a questão da criação das leis SOPA e PIPA apenas em aspectos comerciais. A principal alegação para a aprovação dessas leis é o controle da propriedade intelectual, que durante o século XX foi um negócio bilionário para gravadoras, editoras, artistas, distribuidoras e revendedoras, porém se esquece de um outro aspecto: Como controlar o poder dos órgãos responsáveis por esse controle? Protestos surgiram ao longo de todo o globo por pessoas preocupadas com os limites desse poder, muitos afirmam que esse livre acesso do governo aos arquivos pessoais de todos os usuários da internet pode criar uma máquina de censura que cercearia toda a liberdade que a rede de computadores traz consigo. Alguns pensam até mesmo na possível utilidade dessas agências verificadoras como instrumentos de ajuda à repressão de movimentos pró-liberdade como os que

vêm ocorrendo no oriente médio desde o ano de 2010 e que tiveram muitas das discussões e dos planos feitos através de redes sociais.

O grande dilema dos acessos aos conteúdos ilegais na internet é o de prejudicar financeiramente os autores, na diminuição dos ganhos com as vendas de seus produtos, e o da propaganda que aumenta consideravelmente no compartilhamento de obras na internet.

O discurso dos idealizadores do SOPA e de autores que apóiam o projeto é o do desemprego que é causado aos escritores quando suas obras são publicadas e pirateadas na internet, além de ser crime contra os direitos autorais. Porém, outros escritores como Paulo Coelho não defendem a propriedade intelectual, porque segundo Paulo Coelho em um artigo publicado em um site em janeiro de 2012, “tudo que todo mundo faz é nada mais que reciclar os mesmos quatro temas: uma história de amor entre duas pessoas, um triângulo amoroso, a luta pelo poder e a história de uma jornada”, e também porque no fundo “todos os autores querem que se leia o que eles escrevem, seja num jornal, blog, panfleto ou muro”, além do que, quanto mais as pessoas têm acesso à livros, se realmente gostaram, vão querer comprar o livro, pois ler em várias páginas em uma tela de computador é cansativo. O escritor ainda diz “uma boa ideia não precisa de proteção”.

Portanto, já se sabe que sobreviver somente da venda de livros não é uma boa saída, e ficar preso ao acesso restrito de livros, músicas, por meios legais inibe a popularidade e a circulação de grandes ideias e talentos.

Como observado, a tentativa de normatizar a Internet nada mais é que um movimento conservador orquestrado pelas grandes organizações, que vêem o fenômeno democrático da “web” como ameaça a seus interesses. Vale ressaltar que o SOPA, PIPA e o ACTA não visam a segurança do usuário e muito menos o uso consciente da Internet, o que comprova a postura antidemocrática de tais proposta. A rede mundial de computadores é uma ferramenta livre e democrática, prejudicá-la com tais medidas é voltar ao passado.

